



Governo do Estado de Roraima
Secretaria de Estado da Fazenda
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA Nº 87/2025/SEFAZ/CONAF/DPAF

DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA Nº 87/2025/SEFAZ/CONAF/DPAF

PROCESSO: 22101.007444/2022.94

AUTUADO: MOB MÓVEIS E INTERIORES LTDA ME

CGF: 24.015657-4 CNPJ: 10.303.539/0001-73

ENDEREÇO: Rua de Acesso 01, 317 A/B, Bairro: Centenário, Boa Vista/RR

ADVOGADO: Não constituído

ASSUNTO: FALTA DE APRESENTAÇÃO DE GIM NO PRAZO REGULAMENTAR.

AUDITOR FISCAL AUTUANTE: MÁRCIO APARECIDO PEREIRA PICOLLI

EMENTA: ICMS. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. GUIA DE INFORMAÇÃO MENSAL DO ICMS - GIM. FALTA DE APRESENTAÇÃO DA GIM NO PRAZO REGULAMENTAR. OBRIGAÇÃO DE FAZER. OMISSÃO DE DECLARAÇÃO. REVELIA. INFRAÇÃO CONFIGURADA. **AUTO DE INFRAÇÃO PROCEDENTE.**

RELATÓRIO

Cuida o presente caso do Auto de Infração nº1582/2022, no valor de **R\$ 4.451,40 (Quatro mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e quarenta centavos)**, lavrado por Auditor Fiscal de Tributos Estaduais após análise de pedido de baixa de inscrição no Cadastro Geral da Fazenda do Estado de Roraima, conforme solicitação constante no Processo Relacionado 22101.003353/2022.80, no Ep. 4522466.

No cumprimento da Ordem de Serviço 791/2022, o auditor após analisar a documentação verificou que o contribuinte requerente deixou de apresentar a Gim no período de 01/2018 a 10/2018. Assim, entendeu que houve infração à legislação tributária, efetuando o lançamento de ofício apontou a "falta de apresentação da GIM". Como sustentáculo da acusação, juntou os seguintes documentos (Processo Relacionado 22101.003353/2022.80):

- Cópia da Ordem de Serviço;
- Demonstrativo de Situação de Obrigações Tributárias Estaduais - DSOT.
- Intimação para apresentar a Gim;
- Comprovantes de entrega de Gim fora do prazo;

Ainda na peça de lançamento, o AFTE efetuou a cobrança da multa correspondente a 1 (uma) UFERR por guia não entregue. Foram apontadas 10(dez) guias omissas, de modo que a multa total aplicada foi de 10(dez) UFERR's. Foram indicados como dispositivos infringidos os artigos 275 e 276, § 3º do RICMS-RR, aprovado pelo Decreto nº 4.335-E/2001. A penalidade pecuniária ora aplicada tem previsão no artigo 69, inciso VII, alínea "a" do Código Tributário Estadual. A empresa autuada é estabelecida em Boa Vista, conforme epigrafo acima. A ciência do Auto de Infração foi realizada por edital publicado em Diário Oficial (Ep.5544615), tendo em vista que tentativa de ciência pessoal foi infrutífera (Ep. 5501343). A publicação se deu em 14/07/2022, sendo considerada a ciência em 25/07/2022, nos termos do artigo 35, § 2º, inciso IV da Lei Estadual 072/1994. A AREBV, após receber o processo, lavrou o Termo de Revelia (5991535) e encaminhou os autos para julgamento neste órgão contencioso (7486642).

Embora regularmente intimado, o sujeito passivo não impugnou o feito fiscal. Também não houve pagamento ou parcelamento do débito, restando configurada a revelia, conforme termo lavrado.

Após, o presente processo foi distribuído a este julgador por intermédio do Despacho 120 (Ep.17464797).

Em síntese, é o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO DE FATO E DE DIREITO

Conforme consta na acusação dos autos, a infração ora apontada é a falta de apresentação da GIM - Guia de Informação Mensal do ICMS no prazo regulamentar. É neste documento que os contribuintes declaram para o fisco estadual diversas informações em cada mês sobre os fatos geradores praticados bem como ainda a apuração do ICMS mensal, necessário para se apurar o *quantum debeatur* do imposto e assim efetuar o recolhimento. A obrigação de apresentação da GIM recai sobre todos os contribuintes enquadrados no regime normal de recolhimento.

No caso em análise, o contribuinte não efetuou a apresentação de diversos documentos, de modo que as informações mensais de sua movimentação fiscal não chegaram ao conhecimento do fisco. Tal situação foi verificada quando da análise da baixa da inscrição do contribuinte (Processo Relacionado 22101.003353/2022.80).

Foi realizada visita ao local mas o mesmo não mais desenvolvia ali suas atividades (Ep. 7240676, fls.02).

No cumprimento estrito do poder-dever, coube à autoridade fiscal efetuar o competente lançamento da penalidade pecuniária cabível, sendo neste caso de natureza acessória.

Ao olhar para a legislação pertinente, nota-se que houve descumprimento do artigo 275 e 276, § 3º do RICMS-RR, aprovado pelo Decreto 4.335-E/2001. Vejamos tais dispositivos:

Art. 275. Os contribuintes inscritos no CGF, enquadrados no regime normal de recolhimento ou de estimativa, apresentarão mensalmente a Guia de Informação Mensal do ICMS – GIM, conforme modelo constante do anexo IV.

Art. 276. [...]

§ 3º. A GIM será apresentada pelo contribuinte à repartição fazendária de seu domicílio, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao período de apuração do imposto, mesmo que não exista movimento econômico no período.

A penalidade ora aplicada está prevista no artigo 69, inciso VII, alínea “a” do Código Tributário Estadual (Lei 059/1993), cujo teor se transcreve:

Art. 69. O descumprimento das obrigações principal e acessórias, instituídas pela legislação do ICMS, sujeita o infrator às seguintes penalidades:

VII - infrações relativas à apresentação de informações econômico-fiscais:

a) deixar de entregar guia de informação prevista na legislação - multa de 1 (uma) UFERR, por guia não entregue, a multa deve ser aplicada, em qualquer caso, mesmo inexistindo operações ou prestações no período;

Conforme se denota do artigo 275 e 276, § 3º, os contribuintes estão obrigados a apresentar as informações quanto ao seu movimento mensal através da GIM, bem como ainda demonstrar a apuração do imposto devido, para que se realize o recolhimento. A guia apresentada deve ainda obedecer modelo específico, conforme dito alhures. A obrigação persiste mesmo na hipótese de não haver movimento efetivo com mercadorias e/ou serviços.

Analisando os autos, não resta dúvida das omissões das GIMs correspondentes aos meses de 01/2018 a 10/2018, conforme informações constantes do DSOT - Demonstrativo de Situação de Obrigações Tributárias Estaduais (Processo Relacionado 22101.003353/2022.80, Ep.5500952). O relatório registra de modo claro cada competência omissa, restando indubitável a legalidade da cobrança em tela.

O contribuinte por sua vez, embora cientificado do feito fiscal, não compareceu aos autos de modo a impugna-lo, devendo reportar verídicas as acusações ora trazidas.

DECISÃO

Diante da análise de todos os elementos trazidos aos autos, com esteio nos fundamentos de fato e de direito expostos acima, aplico os efeitos da **REVELIA**, nos termos do artigo 51 da Lei Estadual 072/1994, conforme Termo de Revelia lavrado. No mérito **JULGO PROCEDENTE o Auto de Infração 1582/2022**, por **RESTAR CONFIGURADA A INFRAÇÃO APONTADA, MANTENDO O LANÇAMENTO ORIGINAL no valor de R\$ de R\$ 4.451,40 (Quatro mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e quarenta centavos).**

Boa Vista, 31 de julho de 2025.

(assinado digitalmente)

RICARDO PETERLINI GONÇALVES

Julgador de Primeira Instância

Matrícula 51235019



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Peterlini Gonçalves, Julgador de Primeira Instância**, em 31/07/2025, às 14:53, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **18603249** e o código CRC **A6BC6F18**.

